



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Data da reunião: 09/10/2019

Presidente: Senador Vanderlan Cardoso

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PLC 129/2015 Ementa: Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Angelo Coronel	Pela rejeição do projeto.	A proposição visa a proibir a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Conceitua como adicional por chamada o valor cobrado pela prestadora de serviço de telefonia móvel por chamada recebida ou originada quando o usuário estiver utilizando a linha em área diversa daquela em que foi registrada. Ademais, proíbe a cobrança de adicional por chamada em ligações iniciadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Por fim, determina que o descumprimento do disposto na lei resultante do projeto sujeita os infratores às penalidades estabelecidas na Lei 9.472/1997 – Lei Geral de Telecomunicações, sem prejuízo de outras previstas na legislação em vigor. O relator é contrário à matéria, principalmente por entender que cabe à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentar o serviço móvel pessoal (SMP), não sendo conveniente a edição de lei para dispor sobre a proibição de cobrança de valores adicionais por chamada. Ademais, a proposição poderia estimular o uso de aparelhos em estado de <i>roaming</i> permanente, prática vedada pela Anatel. A matéria será encaminhada à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.

Data da reunião: 09/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PDS 164/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Independência do Distrito do Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Luiz do Carmo	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
3	PDL 315/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa de Anápolis Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Anápolis, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Luiz do Carmo	Pela aprovação do projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
4	PDS 69/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação do projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
5	PDS 89/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iati, Estado de Pernambuco. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação do projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O projeto foi analisado anteriormente pela CCT, quando foi aprovado requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, para apurar eventual existência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais. Recebidas informações que afastam a ocorrência desse tipo de vínculo, o relator propõe a aprovação do PDS. 1) A matéria constou da pauta da 23ª Reunião. 2) A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Data da reunião: 09/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	PDS 204/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberdade, Estado de Minas Gerais. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação do projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
7	PDL 104/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e TV em Defesa e Proteção ao Meio Ambiente de São João da Baliza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Baliza, Estado de Roraima. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. 1) A matéria constou da pauta da 23ª Reunião. 2) A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
8	PDS 59/2017 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO BOM – ARDCRB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bom, Estado do Paraná. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Data da reunião: 09/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	PDS 85/2018 Ementa: Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do projeto.	O PDS rejeita o ato do Poder Executivo que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jaguariaíva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Jaguariaíva/PR. Segundo o Ministério das Comunicações, o prazo de vigência da outorga expirou sem o atendimento pela concessionária das exigências regulamentares, em demonstração inequívoca de desinteresse pela manutenção do serviço. Por essa razão, foi declarada perempta a concessão. A CCTCI da Câmara dos Deputados entendeu que a emissora apresentou tempestivamente o pedido de renovação da outorga, tendo, por conseguinte, demonstrado interesse na continuidade do serviço de radiodifusão. Além disso, salienta que a concessão da rádio foi transferida para a Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, passando a cumprir desde então relevante papel de radiodifusão pública junto à população atendida. Acolhendo esse posicionamento, o relator entende ser inadequada a declaração de perempção da outorga, uma vez que a Prefeitura e a rádio buscaram atender às solicitações formuladas pelo então Ministério das Comunicações, não restando comprovado o principal motivo apontado como determinante para a prática do ato em exame, qual seja o manifesto desinteresse da entidade na continuidade do serviço. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
10	PDS 126/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Matos Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
11	PDS 180/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Alto Figueira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Data da reunião: 09/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	PDL 412/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do projeto.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
13	PDS 78/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Paulo Rocha	Pela aprovação do projeto.	Renovação de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
14	PDS 39/2018 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à Cable-Link Operadora de Sinas de TV a Cabo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Taubaté, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Mara Gabrilli	Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.	Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A relatora vota pela aprovação da matéria com emenda de redação para retificar o nome da empresa outorgada, incorretamente grafado na redação final do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
15	PDL 472/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SAC – Sistema Ararense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araras, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Mara Gabrilli	Pela aprovação do projeto.	Renovação de permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Data da reunião: 09/10/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
16	PDL 175/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Mara Gabrilli	Pela aprovação do projeto.	Renovação da autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
17	PLS 246/2018 Ementa: Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) [tramitação] Não Terminativo	Senadora Mara Gabrilli	Pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.	O projeto, fruto de proposição do Projeto Jovem Senador, propõe acréscimos no Marco Civil da Internet para conceder legitimidade para qualquer cidadão para propor ação judicial contra os provedores de aplicações de internet que divulguem conteúdos falsos (<i>fake news</i>). Pela proposta, caso a ação seja julgada improcedente, o cidadão não poderá ser condenado a pagar as custas judiciais e os demais ônus sucumbenciais se houver notificado previamente o provedor de aplicações para apagar o conteúdo falso, salvo comprovada má-fé. Havendo a procedência da ação, o provedor terá de cumprir ordem judicial de retirada do conteúdo falso, sob pena de pagamento de multa diária entre R\$ 500 e R\$ 300.000, a depender da condição econômica do provedor de aplicação, da gravidade e da extensão do <i>fake news</i>. A relatora tece considerações sobre as diferenças entre <i>fake news</i> individual e <i>fake news</i> coletivo. Para o primeiro caso, definido como o conteúdo falso ou injurioso que atinge o direito individual de uma específica pessoa, entende que não se pode permitir que terceiros ajuízem ações, pois além de ninguém poder se intrometer em interesses alheios, o Marco Civil da Internet já oferece solução adequada. Para o caso de <i>fake news</i> coletivo, que atinge interesses transindividuais, como a disseminação de notícias falsas acerca de questões de interesse da coletividade, e não apenas de uma pessoa em específico, a relatora entende que não há no ordenamento um tratamento específico. Todavia, não entende ser adequado que a tutela desses interesses coletivos seja conferida individualmente a cada cidadão, o que poderia contrariar a racionalidade na gestão de litígios e sobrecarregar o Poder Judiciário. Assim, apresenta substitutivo para propor que a Lei da Ação Civil Pública autorize de forma clara a propositura de ações coletivas para a hipótese de <i>fake news</i> coletivo. 1. A matéria constou da pauta da 32ª e 33ª Reuniões. 2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
18	PL 3423/2019 Ementa: Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Paulo Rocha	Pela aprovação do projeto.	O PL altera a Lei 3423/2019 para estabelecer que o licenciamento e a fiscalização dos meios navais, suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e o transporte do seu combustível nuclear caberão ao Comando da Marinha, por meio de organização militar independente específica para esse fim. A matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional após a deliberação a CCT.
19	PDS 194/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Rodrigo Cunha	Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. O relator propõe a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre investigações sobre denúncias formuladas contra sócios da empresa permissionária. 1. A matéria constou da pauta da 31ª e 33ª Reuniões. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
20	PDL 489/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relator propõe a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para suprir lacuna na documentação analisada durante a instrução do pedido de outorga. 1. A matéria constou da pauta da 33ª Reunião. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
21	PDS 206/2017 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela rejeição do projeto.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária. O relator propõe a rejeição da matéria, visto que: a) o início do processo de renovação da outorga ocorreu quando a autorização já teria expirado; e b) há registros da aplicação de 4 penalidades à entidade outorgada, demonstrando sua reincidência infracional, o que demanda a revogação da outorga de radiodifusão comunitária. 1. Por se tratar de não renovação de outorga de radiodifusão, a manifestação da CCT deixa de ser terminativa (art. 223, § 2º, da Constituição Federal). 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Item	Identificação da matéria
22	REQ (REQUERIMENTO) 52/2019 - CCT Ementa: Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS, com foco na produção de células fotovoltaicas. Autoria: Senador Rodrigo Cunha
23	REQ (REQUERIMENTO) 55/2019 - CCT Ementa: Requer realização de audiência pública para instruir o PLS nº 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico. Autoria: Senador Rogério Carvalho
24	REQ (REQUERIMENTO) 58/2019 - CCT Ementa: Requer inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 30/2019-CCT, destinada a debater a implantação de ambiente virtual de deliberação no âmbito das comissões do Senado. Autoria: Senador Jean Paul Prates
25	REQ (REQUERIMENTO) 59/2019 - CCT Ementa: Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização de empresas públicas que atuam na área de processamento de dados e informação - a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.